



PODER

Mendonça se reúne com PF e quer alinhamento

Ministro-relator do caso Master aguarda para a semana seguinte ao Carnaval um novo relatório com informações sobre a segunda fase da Operação Compliance Zero, em janeiro, cujo principal alvo foi o cunhado e operador de Daniel Vorcaro

» LUANA PATRIOLINO

Novo relator da investigação do Banco Master, o ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), alinhou, ontem, os primeiros procedimentos de seu gabinete com a Polícia Federal. O magistrado se reuniu via videoconferência por duas horas com o diretor-executivo da corporação, Willian Marcelo Murad, e com outros delegados que atuam no inquérito. A PF deve entregar, na semana seguinte ao Carnaval, um relatório com informações sobre a segunda fase da Operação Compliance Zero, que investiga a suposta fraude na venda da instituição financeira de Daniel Vorcaro para o Banco Regional de Brasília (BRB). O documento trará novas provas da apuração.

Mendonça foi escolhido na noite de quinta-feira, por sorteio, para o lugar do ministro Dias Toffoli, que deixou o caso após muitas críticas e pressão dos pares. O novo relator também é responsável pela apuração sobre o escândalo do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Aos interlocutores, ele disse que agirá com serenidade, técnica e discrição.

O gabinete do ministro iniciou o processo para assumir o recebimento de todas as informações sobre o Master e dividir a equipe interna que cuidará da investigação. Existe uma expectativa sobre a atuação de Mendonça, considerado um magistrado pouco afeito a aparições públicas e que se conduz discretamente, dentro e fora da Corte. Nos bastidores do caso Master, há quem o considere um magistrado difícil de ser “lido”.

A tendência é de que o relacionamento com a PF não seja tempestuoso, ao contrário do antecessor na condução do inquérito. Da mesma forma, a avaliação no Supremo é de que a exposição da Corte diminua, apesar das pressões em torno do caso Master. Isso porque a análise é de que prevaleceu a institucionalidade,

Rosinei Coutinho/STF



Perfil discreto de Mendonça, dentro e fora do STF, o torna um ministro difícil de ser “lido”, conforme se comenta nos bastidores da Corte

a unidade do STF — os 10 integrantes assinaram a nota de apoio a Toffoli — e o ex-ministro-relator não ficou exposto, o que era o grande temor dos magistrados que o apoiavam, pois isso poderia abrir a porta para ações de desgaste, sobretudo no Congresso.

Reuniões

Na quinta-feira, houve uma sequência de reuniões. A primeira foi antes da sessão plenária, da qual participaram o presidente Edson Fachin, o vice Alexandre

de Moraes e os ministros Gilmar Mendes e Cármen Lúcia, além de Toffoli. Já ali o então ministro-relator deixou claro que não abriria mão do caso. Houve um novo encontro, horas depois, no qual Toffoli continuava irredutível. Dessa vez, os debates duraram aproximadamente três horas e, ao final, o ministro deu-se por convencido a deixar a condução do inquérito do Master. Fachin apresentou aos pares o relatório da PF em que aparecem menções de Vorcaro a Toffoli.

Para os magistrados, o

documento em que o então ministro-relator aparecia era, na verdade, uma investigação contra ele. Toffoli vinha em rota de colisão com a PF há algum tempo, pois algumas das decisões que tomou na condução do inquérito desagradaram a corporação, que via interferência do ministro.

Os desentendimentos teriam começado em 3 de dezembro de 2025, quando ele traz para si a competência de toda a investigação que corria na primeira instância da Justiça. Apesar de validar as medidas cautelares anteriores,

determinou que o caso seguisse exclusivamente no STF — argumentou o envolvimento do deputado federal João Carlos Bacelar (PL-BA), que tem prerrogativa de foro.

Mas, em 24 de dezembro, ao determinar a realização de uma acareação entre Vorcaro, o diretor de Fiscalização do BC, Aílton Aquino, e o ex-presidente do BRB, Paulo Henrique Costa, a temperatura subiu. Isso porque a prerrogativa de fazer acareações é da PF, que viu sua competência ser ultrapassada pelo ministro.

O confronto com a corporação

atingiu o auge em 30 de dezembro. O que seria a acareação tornou-se uma sessão de depoimentos — na sequência é que houve o cotejo de versões apenas entre Vorcaro e PHC. As oitavas aconteceram no STF e foram conduzidas pela delegada federal Janaina Palazzo. Porém, o juiz auxiliar do ministro, Carlos von Adamek, que acompanhava a sessão, tentou fazer com que a agente federal lesse perguntas elaboradas pelo gabinete do magistrado. Ela recusou. A sessão foi marcada pelo mal-estar entre a PF e o ministro.

“Inércia”

Em 14 de janeiro — mesma data em que PF desfechava a fase complementar da Compliance Zero, cujos alvos foram o empresário e cunhado de Vorcaro, Fabiano Zettel (apontado como intermediário do ex-banqueiro com os bastidores políticos), o empresário Nelson Tannure, o financista José Carlos Mansur (dono da Reag Investimentos, liquidada extrajudicialmente pelo BC no dia seguinte) e Felipe Cançado Vorcaro (primo e então sócio do ex-banqueiro) —, Toffoli determinou que a corporação justificasse o atraso na deflagração desta segunda incursão. Visivelmente irritado, criticou a PF por “inércia” e de “inobservância expressa e deliberada” de sua decisão.

No dia seguinte, novo desgaste com os federais: determinou quais os peritos da corporação poderiam analisar os celulares de Vorcaro. Em 21 de janeiro, outro confronto: negou o pedido da PF para ouvir Vorcaro novamente ao argumentar que ele já havia sido ouvido em 30 de dezembro de 2025.

Como último ato na condição de ministro-relator, horas antes de abrir mão da condução do caso Master, Toffoli emitiu despacho determinando que a PF entregasse ao STF, imediatamente, todos os dados, laudos e dispositivos apreendidos e relacionados a Vorcaro. (Colaborou Fabio Grecchi)

Vazamento de sessão aumenta as desconfianças

Enquanto o ministro André Mendonça dá os primeiros passos como relator do caso Master, a divulgação da transcrição de diálogos entre ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) na reunião fechada de quinta-feira — que decidiu pela saída de Dias Toffoli da investigação — gerou nova crise na Corte. Nos bastidores, os integrantes falam em desconfiança extrema e requisitam a apuração de quem seria o responsável pelo vazamento. Isso porque, no encontro decisivo, apenas os magistrados estavam presentes e o STF estava completamente esvaziado de funcionários.

As transcrições, divulgadas pelo *Poder 360*, causaram desconforto entre os ministros. Na avaliação deles, somente os trechos favoráveis a Toffoli e descontextualizados foram vazados. Os diálogos publicados pelo site mostram que sete ministros (Alexandre de Moraes, André Mendonça, Cristiano Zanin, Flávio Dino, Gilmar Mendes, Luiz Fux e Nunes Marques) estavam a favor da permanência de Toffoli no caso. Cármen Lúcia e Edson Fachin se colocaram contra.

Em seguida, após Dino apontar a gravidade da situação no contexto político, Toffoli se convenceu a

abrir mão do inquérito. Procurada pelo **Correio**, a assessoria de imprensa do STF não se manifestou. Ao jornal *Folha de S.Paulo*, o ex-ministro-relator negou ter registrado e vazado a reunião. “Eu não gravei e não fico relatando conversas de ministros. Não relato conversas pessoais nem institucionais. Nunca gravei uma conversa na minha vida”, garantiu.

Situação inédita

O advogado constitucionalista Francisco Braga destaca a gravidade da situação. “Não há nada semelhante na história recente do STF. Percebe-se que a desconfiança no tribunal e entre os ministros se intensificou muito. Sobre Toffoli, não parecia haver outro rumo a não ser a saída. As desconfianças em relação a ele existiam desde antes das descobertas da Polícia Federal no celular de Vorcaro”, disse.

Para o analista político Melillo Dinis, não é possível afirmar que a atuação de Toffoli atrapalhou a investigação. “A condução dele do caso acabou por evidenciar que suas decisões foram tomadas com base em uma visão muito peculiar do direito, além de uma condição

Felipe Sampaio / STF



Na reunião que decidiu o destino de Dias Toffoli no caso Master, maioria dos ministros o apoiou

de possível imparcialidade e percepções acerca das evidências e provas que, até agora, foram divulgadas”, explicou.

Ele citou o histórico conflituoso

entre Toffoli e os policiais federais. “A PF é uma organização que, neste caso, tendeu a agir como instituição. Já o STF só agiu como instituição no instante que reuniu-se, decidiu e se manifestou

em forma de nota. Havia um histórico de divergências entre o ministro e a direção da PF, e que foi aumentando nos últimos tempos. Creio que, infelizmente, não cessaram”, observou. (LP)



A condução dele (Toffoli) do caso acabou por evidenciar que suas decisões foram tomadas com base em uma visão muito peculiar do direito, além de uma condição de possível imparcialidade em decorrência de suas relações”

Melillo Dinis, analista político



Não há nada semelhante na história recente do STF. Percebe-se que a desconfiança no tribunal e entre os ministros se intensificou muito. Sobre Toffoli, não parecia haver outro rumo, a não ser a saída dele”

Francisco Braga, constitucionalista